

# Pós-verdade e comunicação: a circulação simbólica como critério de verdade no mundo contemporâneo

## *Post-truth and communication: symbolic circulation as a criterion of truth in the contemporary world*

### Luiz Signates

signates@gmail.com

Docente efetivo do PPG em Comunicação, Cultura e Cidadania da Universidade Federal de Goiás. Docente efetivo do PPG em Ciências da Religião da PUC-Goiás.

### Resumo

Este texto pretende situar a noção de pós-verdade em face do debate sobre o especificamente comunicacional. O debate a respeito do assunto tem sido magnificado no mundo contemporâneo, a partir da eleição do conceito como “palavra do ano” pelo Dicionário Oxford, em 2016, mas também pela natureza específica dos conflitos simbólicos presentes nas redes sociais da internet. Nesse sentido, o artigo trabalha, inicialmente, as diferentes concepções da verdade, em perspectiva filosófica, perpassando desde a visada fundacionista até as apreensões pragmáticas, e, em seguida, busca efetuar uma análise consistente da noção, a partir da comunicação. Na sequência, empreende-se uma varredura nas diferentes definições de pós-verdade, a fim de concluir, por fim, por sua natureza especificamente comunicacional e as ampliações que esse enfoque proporciona, para uma compreensão mais consistente desse fenômeno.

**Palavras-chave:** pós-verdade e comunicação, verdade e comunicação, verdade e circulação simbólica.

### Abstract

This paper aims to delve into the concept of post-truth taking into account the debate over the so-called communicational phenomenon. Indeed, the discussion about this issue has been enhanced in the contemporary world, after the adoption of the term as ‘word of the year’ by the Oxford Dictionary, in 2016, considering the specific nature of symbolic conflicts in social networks. To this end, it discusses, initially, the different concepts of truth, from a philosophical perspective, ranging from its background to pragmatic notions, making a thorough analysis of this notion from a communicational viewpoint. Subsequently, a comprehensive discussion of the different concepts of post-truth is offered, taking into consideration its specifically communicational nature and the implications brought up by this outlook so as to better comprehend this phenomenon.

**Keywords:** post-truth and communication, truth and communication, truth and symbolic circulation.

Este trabalho busca alinhar duas discussões relevantes no debate epistemológico atual das ciências da comunicação no Brasil: a noção de pós-verdade, que, desde 2016, graças a um anúncio feito pelos autores do Dicionário Oxford, ganhou as mídias e repercutiu no debate filosófico

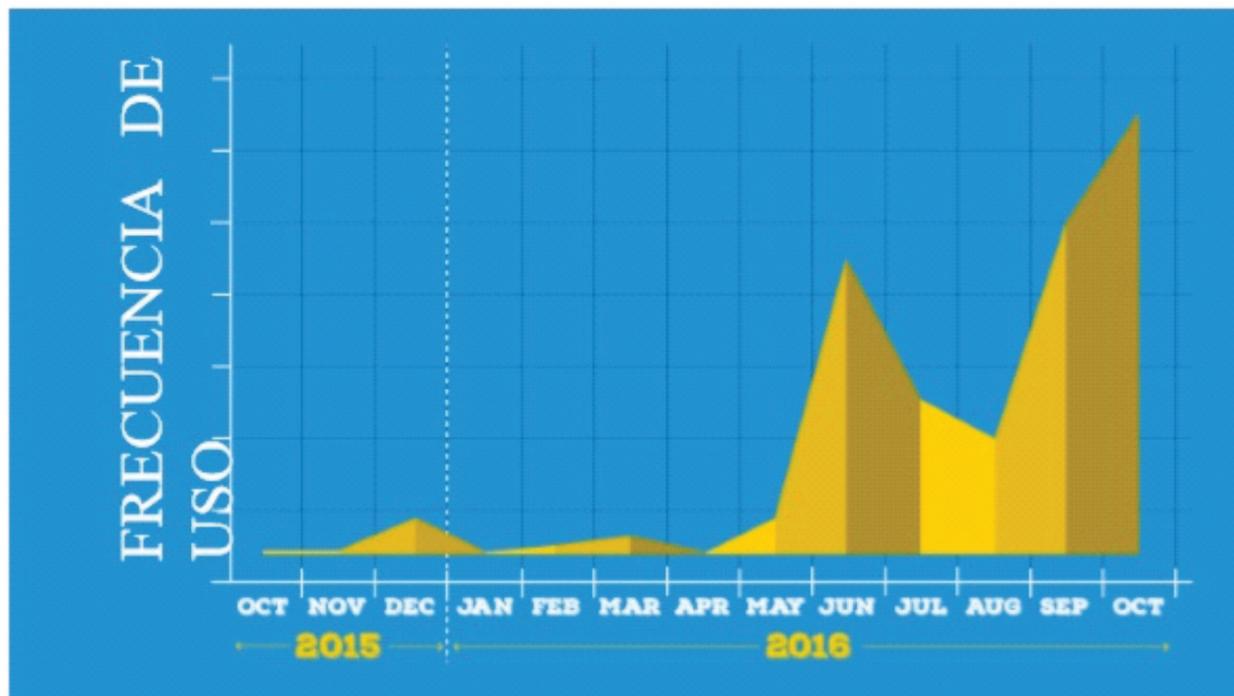
e social do meio acadêmico de todo o mundo, como uma preocupação com a perda do valor de verdade de tudo o que circula no mundo; e a noção de centralidade do comunicacional, que tem visitado cada vez mais o debate epistemológico do campo científico da comunicação no

Brasil, especialmente a partir dos entrecosques teóricos travados por Sodré, Marcondes e Braga, desde o início do século XXI.

A repercussão da noção de pós-verdade – e do conceito que lhe é consequente no debate sobre o jornalismo, a *fake news* – tomou uma dimensão digna daquilo que essa noção crítica, a de “meme” na internet, de conotação

fortemente negativa, na medida em que se tornou um termo que passou a ser utilizado para caracterizar toda e qualquer inverdade que prospere na grande rede mundial. O crescimento exponencial do uso da palavra inglesa *post-truth* teria sido demonstrado pela própria publicação de Oxford (Figura 1):

Figura 1: Aumento da frequência do uso da palavra “pós-verdade” em 2016



Fonte: Oxford (2016).

Este artigo pretende colocar em perspectiva, no campo da comunicação, os diferentes significados aplicados à noção de pós-verdade por diferentes autores, de forma a refletir, em caráter preliminar, o debate epistemológico central que a noção e sua circulação põem em curso: a noção de verdade, para a qual, ao final, pretendemos posicionar, tentativamente, uma abordagem que considere a dimensão analítica do especificamente comunicacional, com enormes consequências para a articulação teórica, epistemológica e metodológica da comunicação e do que poderíamos denominar uma pedagogia da comunicação para o mundo, nos termos de uma percepção inicial, pretendida em outro trabalho, da comunicação como ciência básica tardia (Signates, 2018).

### Breve excerto sobre a questão da verdade

Parece autoevidente que não é possível nem desejável discutir “pós-verdade” sem se falar no substantivo a que se refere: a verdade.

A noção de verdade é, sem dúvida, a mais complexa e central no debate epistemológico em filosofia, razão pela qual de modo nenhum este artigo pretende dar conta dela. Como afirma Martins (1994, p. 5), “o debate sobre a verdade não pode ser outra coisa que o debate sobre a natureza e o estatuto do nosso conhecimento”. As considerações aqui enfileiradas, porém, não guardam tamanha pretensão inicial, e sim buscam, apenas, situar, de forma minimamente consistente, um panorama geral básico das diferentes teorias de verdade disponíveis na literatura acadêmica, com a finalidade exclusiva de verificar, em seguida, em quais abordagens podem se encaixar as definições de pós-verdade em circulação.

Há diversas teorias da verdade, numa classificação em que os filósofos nem sempre obtêm consenso. A noção mais tradicional da verdade é, sem dúvida, a **fundacionista** (Martins, 1994) ou a aristotélica, a da “verdade-como-correspondência” (Abe, 1991), que pode ser sintetizada na máxima do filósofo grego, no Livro Quarto de sua *Metafísica*, segundo a qual “dizer do que é que não é, ou do que não é, que é, é falso, enquanto dizer do que

é, ou do que não é que não é, é verdadeiro” (Aristóteles, 2002, p. 179). Até a Idade Média, prevaleceu a concepção escolástica da verdade, que a definia como “adequação do pensamento à realidade”, consolidada matematicamente depois por Tarski em sua Teoria Abstrata de Modelos (Abe, 1991, p. 161).

O problema, largamente conhecido, de sustentação lógica dessa teoria repousa no fato de sua ancoragem ser estabelecida em condições supostamente fora da linguagem, ou, no mínimo, pressupor a existência de uma razão capaz de se identificar inteiramente com a verdade – que, por conseguinte, tenderia a ser considerada uma verdade una e eterna (Martins, 1994, p. 6).

Esse viés positivista foi seriamente tratado no início do século XX pelo Círculo de Viena e pela filosofia analítica, a partir da fundamentação do primeiro Wittgenstein (1968), um debate epistemológico que dura até os dias de hoje e fez emergir diferentes teorias da verdade. Desse esforço, a tentativa de superação de uma fundamentação da verdade para além da linguagem (mesmo que esse além se situe apenas na forma da matemática, numa visão correspondentista entre matemática e realidade material, como formula Tarski) instaurou um segundo tipo de articulação epistemológica, a da teoria da “verdade por coerência”. Nessa articulação teórica, a verdade ganha uma “propriedade eminentemente linguística, de caráter sintático” (Abe, 1991, p. 162).

*Segundo os adeptos da Teoria da Coerência, não se pode comparar uma sentença à realidade, para sabermos se a sentença é verdadeira ou falsa. Com efeito, a realidade nos afeta e através de nossa experiência podemos testar uma sentença; porém, como nossa experiência, também, se reduz a sentenças de determinado tipo, segue-se que, afinal, só se pode comparar sentenças com certas sentenças (Abe, 1991, p. 162).*

A inflexão desse arranjo teórico, nos moldes da “guinada linguística” da filosofia, lança a questão da verdade para o terreno da lógica filosófica, aplicada exclusivamente à análise das ferramentas da linguagem, deixando perceber que mesmo as concepções de realidade que servirão de referenciais aferidores das condições de verdade só são concebíveis de forma linguageira. Essa visada opera em definitivo o modo de circulação simbólica da própria filosofia, na medida em que a aferição da verdade passa a ser completamente um ato de autorreflexividade, isto é, o desdobrar do pensamento transformado em linguagem sobre os próprios modos de linguagem do pensamento.

Será o próprio Wittgenstein, anos depois, em sua obra póstuma *Investigações filosóficas* (Wittgenstein, 1999), que irá arrancar a noção de verdade do âmbito restrito dos operadores lógicos e matemáticos, cuja aplicabilidade

científica é, até hoje, a base das ciências nomotéticas. A ele se deve praticamente a chamada “virada linguística”, na história da filosofia: “Os limites de minha linguagem denotam os limites do meu mundo” (Wittgenstein, 1968, item 5.6, p. 110).

Em termos forçosamente reduzidos, o filósofo austríaco identifica o que denominou “erros crassos” em sua obra anterior, o *Tractatus Logico-Philosophicus* (Wittgenstein, 1968), quais sejam: a noção de uma “linguagem ideal perfeita”, cuja formulação sintático-semântica é afastada de quaisquer volubilidades pragmáticas; a pretensão de que os significados seriam fixos e bem delimitados, em distinção da linguagem popular; a pressuposição de que sua estrutura é isomórfica à estrutura do próprio mundo; e que, por conseguinte, o mundo seria inteiramente análogo à forma de transcendentalismo inscrito nessa linguagem, por incorporação do apriorismo da lógica-matemática de Frege-Russell (Melo, 2014). Assim, Wittgenstein formula um novo pensamento, cujos aspectos podem ser assim sintetizados:

*a) a linguagem passa a ser concebida como um conjunto heterogêneo, sem fronteiras definíveis a priori, com distintos domínios regidos por regras impermutáveis;*

*b) recusa-se que haja uma forma geral da proposição, constatando-se a existência de enunciados com estatutos e funções não unificáveis: enunciados descritivos, performativos, prescritivos, conjecturais, etc.;*

*c) critica-se e recusa-se a ideia de que existe uma Lógica única, absolutamente rigorosa, espelho da arquitetônica duma realidade monística;*

*d) recusa-se que às palavras estejam afixados significados unívocos ou essencialistas, passando a admitir-se que, na maioria dos casos, o sentido duma palavra é o seu uso real neste ou naquele agenciamento linguístico (Melo, 2014, 64-65).*

Wittgenstein, em verdade, alinhou a filosofia a aspectos teóricos relevantes, à época, identificados com o pragmatismo americano, nomeadamente Charles Peirce, Herbert Mead, John Dewey e Clarence Irving Lewis. Direta ou indiretamente influenciado por tais autores, o filósofo austríaco formula sua teoria dos jogos de linguagem, consolidando o caminho aberto pela filosofia americana para uma noção pragmática de verdade, fundada nos efeitos práticos concebidos na concepção sobre os objetos.

*Na prática do uso da língua (2), uma das partes chama as palavras, a outra age de acordo com elas; no ensino da língua, porém, encontramos este processo: o aprendiz denomina os objetos. [...] Podemos também imaginar que*

*todo o processo de uso de palavras em (2) seja um desses jogos por meio dos quais as crianças aprendem a língua materna. Quero chamar esses jogos de “jogos de linguagem”, e falar às vezes de uma língua primitiva como um jogo de linguagem (Wittgenstein, 2017, item 7, p. 11).*

O pragmatismo, de fato, considera que a linguagem é, ela própria, uma prática social concreta e como tal deve ser considerada.

*[...] o estudo da linguagem deve ser realizado em uma perspectiva pragmática, ou seja, enquanto prática social concreta, examinando, portanto, a constituição do significado linguístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos socioculturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e consequências desses usos (Marcondes, 2000, p. 40).*

Segundo Abe (1991), a característica das filosofias pragmáticas é conferir prioridade à experiência e à ação sobre o ser e o pensamento. Nesse sentido, especificam-se fundamentos para o significado, a verdade e o conhecimento. Assim:

*(1) O significado de uma proposição é identificado com seu significado experimental e prático, i.e., com a totalidade das experiências possíveis que ela prediz.*

*(2) A verdade de uma proposição consiste na realização no decurso do tempo (passado, presente e futuro) de seu sentido.*

*(3) A crença na verdade de uma proposição é garantida pelo grau com que ela tem sido testada na prática e se mostrado satisfatória (pela pessoa ou comunidade que possui a crença) (Abe, 1991, p. 165-166).*

No âmbito das filosofias pragmáticas, a ancoragem da verdade nas práticas de linguagem não teve, inicialmente, a intenção de escapar das pretensões correspondentistas. Ao contrário, o vínculo do verdadeiro ao real foi, por vários autores, inclusive Peirce, considerado o principal critério prático.

*Ao contrário, um enunciado – em geral, um enunciado teórico – é pragmaticamente verdadeiro somente quando os enunciados básicos que ele implica são verdadeiros no sentido da Teoria da Correspondência da Verdade. Mas, ainda, uma asserção básica é verdadeira, do ponto de vista pragmático, se, e somente se, ela é verdadeira de acordo com a Teoria da Correspondência. Assim, a verdade pragmática não é inteiramente arbitrária (Da Costa e Chuaqui, apud Abe, 1991, p. 164).*

Evidentemente, isso não parece ter sido um consenso, mesmo entre os pragmatistas. É conhecido o caso do filósofo americano William James, considerado um dos fundadores do pragmatismo<sup>1</sup>, e que o utilizou para versar sobre teologia.

Igualmente da herança pragmaticista advém o conceito de “quase verdade”, proposto por Tarski e utilizado pela lógica paraconsistente de Newton da Costa, cujo fundamento é que “não se deve confundir o desenvolvimento matemático dos sistemas lógicos com sua interpretação filosófica: trata-se, na verdade, de questões bastante distintas” (Da Costa, Béziau e Bueno, 1995, p. 115). Efetuada esta disjunção, a interpretação paraconsistente consistiria sobretudo numa aproximação da lógica filosófica com a realidade científica, diretamente aplicada ao debate epistemológico, isto é, à questão da verdade. Isso implica admitir “a atribuição de verdade, ainda que parcial, mesmo em contextos nos quais informações completas não se encontram disponíveis – contextos que são, é claro, extremamente típicos em ciência” (Bueno, 2016, p. 1). Esta noção, a de “quase verdade”, baseia-se nas abordagens de estruturas parciais, na busca por articular componentes significativos de interpretações científicas, a fim de alcançar resultados aproximadamente verdadeiros.

O componente pragmático aparece na sinalização de relevância dos dados utilizados, os quais podem ser, por razões de contexto, incompletos ou estabelecer relações apenas parciais entre si. A lógica implicada, que os autores denominam “probabilidade pragmática” (Bueno, 2016, p. 4), relaciona as variáveis em teorias de conjuntos, alcançando resultados que podem ser “parcialmente verdadeiros” ou “parcialmente falsos”.

*[...] teorias científicas não necessitam ser verdadeiras para serem boas, basta que sejam empiricamente adequadas (e informativas), isto é, basta que sejam, grosseiramente falando, verdadeiras apenas com relação ao observável. Uma teoria empiricamente adequada pode, todavia, ser falsa, já que a descrição que ela proporciona dos aspectos inobserváveis do mundo pode não ser correta (Bueno, 2016, p. 9).*

Ainda na esteira do pragmatismo filosófico, é relevante citar a teorização de Michel Foucault, com seus “regimes de verdade”. O movimento operado pelo filósofo francês arranca a verdade do império da justificação lógica, introduzindo de vez a noção de legitimação como critério de posicionamento de conteúdos verdadeiros ou falsos, em contextos de disputa de poder. A afirmação da verdade

<sup>1</sup> Charles Peirce abandonou o conceito de “pragmatismo”, substituindo-o por “pragmaticismo”, numa crítica ao senso comum que, à época, segundo ele, definia erroneamente essa palavra (Madeira, 2012).

constitui-se, assim, uma relação entre *modos de subjetivação* e *modos de objetivação*.

*A questão é determinar o que deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu status, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento; em suma, trata-se de determinar seu modo de “subjetivação” [...]. Mas a questão é também e ao mesmo tempo determinar em que condições alguma coisa pôde se tornar objeto para um conhecimento possível, como ela pôde ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela pôde ser submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente. Trata-se, portanto, de determinar seu modo de objetivação, que tampouco é o mesmo de acordo com o tipo de saber em pauta (Foucault, 2004, p. 235).*

Ocorre, nesse autor, uma ruptura muito mais radical com uma relação dada por antecipação entre sujeito e objeto de conhecimento, ampliando assim a noção de verdade, em direção aos efeitos de verdade, constituídos historicamente e impostos discursivamente.

*O fio condutor do pensamento de Foucault também é a problemática da verdade. No entanto, trata-se de tomar distância dos privilégios do sujeito de conhecimento para debruçar-se na produção histórica da verdade. Significa salientar a enunciação de discursos que funcionam entre diferentes práticas como justificação racional de verdade, como se fossem verdadeiros. Na arqueologia, analisa-se o jogo de regras estabelecido entre as práticas discursivas de uma época; na genealogia, como aqueles jogos atuam ao modo de legitimação para estratégias e táticas de poder presentes nas diferentes práticas sociais; na genealogia da ética, como eles funcionam na condição de auxiliares nos diversos processos de subjetivação que se desdobram das práticas de si (Candiotto, 2006, p. 66).*

Em Foucault, portanto, mais do que para os filósofos pragmáticos, a verdade é uma dinâmica social, resultante de uma política que modela os discursos e instaura seu funcionamento. São os “regimes de verdade”, determinados pela relação entre saber e poder que historicamente se instaura em cada sociedade específica.

*Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados*

*na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12-13).*

Desde brevíssimo esforço é possível observar que o desenvolvimento da noção de verdade, entre a filosofia e as ciências sociais e da linguagem, oferece um amplo arcabouço de análise, para a compreensão dos modos de circulação dos discursos convincentes, desde os contextos acadêmicos até as situações cotidianas. Entre a lógica e os diferentes modos de produção do sentido do senso comum e das instituições sociais, a produção da verdade constitui uma experiência plural e instigante, que se realiza comunicativamente (Signates, 2012).

Qual é, porém, o lugar da verdade na comunicação?

## Verdade e comunicação

Se considerarmos uma definição ampla de comunicação, como todo e qualquer processo de circulação dos elementos simbólicos, em coerência com o que temos teorizado em nossos últimos trabalhos, torna-se intuitivo perceber as lógicas filosóficas como estratégias comunicacionais específicas orientadas para a produção do saber coordenado pela orientação para a verdade<sup>2</sup>. A comunicação filosófica e científica tende a ser um tipo aprimorado de utilização da linguagem, para o qual o valor de verdade predomina acima de outros valores e interesses pragmáticos.

O processo comunicacional, considerado como tal, evidentemente excede esse valor, na medida em que sua lógica obedece mais a uma pragmática da efetividade interativa do que à autossustentação dos conteúdos que faz circular. Entretanto, especialmente quando se enuncia ao âmbito da análise comunicacional a pergunta sobre a “pós-verdade”, quaisquer que sejam os parâmetros, epistemológicos ou éticos, parece imprescindível avaliar as condições de verdade da circulação simbólica, ou, em outros termos, identificar como a verdade circula e como, nesse processo, é diferida comunicacionalmente.

Vem de Habermas (2003) a mais consistente ligação entre comunicação e verdade, na filosofia contemporânea. Em sua teoria da ação comunicativa, ao enunciar o que denominou os “pressupostos de validade” de uma interação de tipo comunicativo (em Habermas comunicação

<sup>2</sup> É importante considerar que este trabalho não objetiva, evidentemente, com essa conceituação ou outras, dotadas de características semelhantes, efetuar qualquer pretenciosa reformulação das definições filosóficas, até porque não empreende fundamentos suficientes para isso. O interesse epistemológico, aqui, é tão somente promover uma visada especificamente comunicacional do conceito, com o propósito de identificar possibilidades e limites teóricos para a abordagem do problema em causa.

é “diálogo”, isto é, constitui-se a partir de um critério ético-pragmático), o autor alemão posicionou três pressuposições que qualquer interlocutor necessariamente deve considerar como concretamente existentes, na situação de fala, para agir comunicativamente: a verdade, a veracidade e a retidão normativa.

Ao teorizar sobre essa questão, Habermas considerou os assim chamados “três mundos de Popper”, que seriam as três dimensões da experiência humana (além da dimensão da linguagem): o mundo objetivo, o mundo subjetivo e o mundo intersubjetivo. Segundo Habermas, a pretensão de verdade diz respeito ao mundo objetivo, ao mundo das coisas. A visão dele não é correspondentista, mas sim pragmática, no sentido da lógica aqui discutida: o sujeito, na interação, reivindicaria como verdade aquilo que pudessem, ele e seu interlocutor, constatar na realidade por eles percebida. Ao mundo subjetivo o sujeito em Habermas lança pretensões de veracidade, isto é, de confiança no outro. Isso porque o mundo subjetivo é aquele ao qual o sujeito tem acesso privilegiado, não restando ao interlocutor senão confiar em sua sinceridade (Habermas, 2003, p. 144). É a anedota da mulher de César: não lhe basta ser (objetivamente) honesta; é preciso parecer (obter confiança) honesta. Verdade e veracidade são características de racionalidade dos elementos simbólicos em circulação comunicacional, especialmente quando a comunicação se caracterize por ritos dialógicos ou conversacionais.

Nem todos os processos comunicacionais, contudo, nos termos da definição ampla aqui adotada, podem ser reduzidos à teorização habermasiana da ação comunicativa. O autor alemão previu isso, na sua categorização das ações de tipo estratégico, que, devido à natureza restritiva de seu conceito de comunicação, não seriam ações comunicativas. As ações estratégicas ou instrumentais, contudo, não têm a linguagem como coordenadora da interação e, segundo Habermas, ancoram-se em orientações extralinguísticas, isto é, são coordenadas pelo poder ou pelo dinheiro (no sentido sistêmico, herdado da sociologia estrutural de Parsons), isto é, pelo interesse monocrático do sujeito, num quadro weberiano de ação social orientada a fins. Nesse contexto, a noção de verdade é subsumida ou simplesmente substituída pela de eficácia.

Há uma situação de fala que Habermas nomeou, sem jamais teorizar<sup>3</sup>, e que nos parece útil destacar aqui, nesse esforço por situar a questão em debate: a

3 Penso que Habermas não haja desenvolvido teoricamente a ação dramaturgica talvez porque o significado que assumiu para a comunicação jamais envolveu os processos de midiaticização, a cujo estudo a área da comunicação se dedica de forma privilegiada. Ao não tratar do assunto, isto é, ao restringir a ação comunicativa ao âmbito das relações face a face (Thompson, 2002), Habermas deixou de fora de sua teoria da sociedade praticamente todas as interações que caracterizaram uma parte significativa das relações sociais que prevaleceram nos séculos XX e XXI, especialmente em seguida ao surgimento da internet.

ação dramaturgica, momento específico de comunicação no campo das artes cênicas. Mesmo que a dramaturgia guarde aspectos de similaridade com a retórica, e ainda que pretensões de validade como verdade e veracidade possam funcionar na relação das plateias com os palcos, há um elemento pragmático inscrito na relação simbólica da ação dramaturgica que deve ser fortemente considerado, para fundamentar o tipo de ação comunicativa ali inscrito: a noção de verossimilhança.

O tema não é novo: advém da poética aristotélica. Para o Estagirita, a diferença qualitativa entre o historiador e o poeta é que aquele busca ser verdadeiro e a este basta ser verossímil, no sentido de crível ou convincente (a similaridade com a noção de veracidade é apenas aparente, pois a verossimilhança é referida à mensagem ou à sua forma, isto é, à comunicação propriamente dita, ao passo que a veracidade é uma aposta lançada diretamente à subjetividade do outro). É nesta inflexão que se sustenta a definição aristotélica de arte como *mimesis*.

É, contudo, Todorov quem irá cartografar os diferentes tipos de verossimilhanças, pontuando disjunções específicas entre ser verdadeiro, ser convincente e iludir. A partir da conceituação de Aristóteles, o autor avança em quatro interpretações sobre o significado da verossimilhança, conforme a síntese de Ferro (2017):

1. *Verossímil enquanto verdadeiro, ou seja, uma relação direta entre a linguagem e seu referente – uma interpretação que ele considera bastante ingênua;*
2. *Verossímil enquanto aquilo que convence dentro de um contexto social, ou seja, o que está de acordo com a opinião pública – o que seria, fundamentalmente, a proposição aristotélica;*
3. *Verossímil enquanto aquilo que convence dentro de um determinado gênero discursivo – ninguém questionará como Harry Potter pode voar com uma vassoura, pois isto é perfeitamente possível no gênero literário a que o personagem pertence;*
4. *Verossímil enquanto estratégia de ilusão, “a máscara com que se disfarçam as leis do texto, e que deveríamos entender como uma relação com a realidade” (Ferro, 2017, p. 8).*

Os ritos comunicacionais, portanto, constituem espaços de interação simbólica nos quais as questões relacionadas à verdade situam-se em algum lugar dentro de uma extensa faixa de atribuições de sentido, que vai do efeito de verdade provocado pela consistência demonstrativa ou descritiva (simbólicas cuja evidência é significativa, ou seja, que parecem fortemente corresponder com a realidade) até as formulações verazes e verossímeis, capazes de, por alguma razão situada no texto (verossimilhanças), nas atribuições aos sujeitos (veracidade).

Como tais elementos analíticos podem ser aplicados ao estudo da “pós-verdade”, num contexto epistemológico especificamente comunicacional?

### O especificamente comunicacional na pós-verdade

Desde 2016, quando se deu o pronunciamento de Oxford de eleger o vocábulo “pós-verdade” como “palavra do ano” e desde a enorme repercussão que se seguiu, inclusive com as constatações de *fake news* no referendo do Brexit na Inglaterra e nas eleições de Donald Trump, nos EUA, vários trabalhos e livros foram publicados sobre a questão. E, como era de se esperar, a maioria dos textos que se prontificaram a abordar diretamente o assunto centraram-se na denúncia e no combate ao fenômeno que fora viabilizado, sobretudo, pelas disponibilidades interacionais da internet.

A definição que se tornou clássica, evidentemente, foi a do Dicionário Oxford, segundo o qual a palavra “pós-verdade” (*post-truth*)

*[...] relaciona-se ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais<sup>4</sup> (Oxford, 2016, s/p).*

A apreensão que se subentende da definição oferecida pelos dicionaristas de Oxford oferece a noção de pós-verdade dentro da dicotomia razão (objetiva) *versus* emoção (Gómez García, 2017). Raros, contudo, são os autores que permanecem nessa análise de fundo psicológico, isto é, que tentam perceber o fenômeno na condição de um surto emocional, em prejuízo do racional, na circulação das ideias. D’Ancona (2017) é um que procura avaliar a decorrência dessa definição, ao alertar para o “risco cada vez maior de julgamentos e decisões serem legadas ao reino do sentimento e que a busca pela verdade se torne um ramo da psicologia emocional” (D’Ancona, 2017, p. 44).

A maioria dos estudos se refere à pós-verdade num discurso crítico que vincula a análise com a denúncia, instaurando uma concepção predominantemente negativa, cujas definições percorrem desde a simples acusação da mentira até a de descolamento da verdade aos fatos, ou às evidências da realidade. “Mentiras são colocadas em um patamar mais verídico e as verdades são secundárias. Tempo em que o boato venceu o fato, as acusações e convicções vencem as provas” (Oliveira, 2016, p. 145).

4 “*Is post-truth* – an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’ (Oxford, 2016).

Essa noção de pós-verdade identificada à inverdade ou à mentira não raro subsume uma visão correspondente da verdade. A pós-verdade, nesses casos, seria o desligamento da noção de verdade dos fatos que lhe correspondem.

*Em seu uso atual, pós-verdade significa um estado em que a linguagem perde a referência aos fatos, verdade e realidade. Quando a linguagem não tem referência aos fatos, verdades ou realidades, ela torna-se puramente um meio estratégico<sup>5</sup> (McComiskey, 2017, p. 6).*

Um interessante trabalho de análise lógica, dentro dessa ótica de classificá-la como expressão do falso, é o de Pablo Jamilk Flores (2017), para quem a pós-verdade seria um tipo de inferência falseadora de base relativa. Numa taxonomia das inferências desenvolvida por ele, o autor define as inferências de base relativa como sendo aquelas baseadas parte em elementos contextuais, parte em elementos textuais. Neste contexto, as inferências são falseadoras quando a operação cognitiva que as desenvolve se baseia em informações apenas parciais, que levam a conclusões falsas. Flores classifica ainda as inferências falseadoras em Sofísticas, as que simulam a verdade, e Famélicas, aquelas que necessitam de conhecimentos prévios, sendo que as Sofísticas são ainda subdivididas, pragmaticamente, em Ostensivas (propositais) e Casuais (originadas por descuidos).

Para ele, a estratégia das “pistas desnorteadoras”, que caracterizam as inferências falseadoras, não é uma coisa nova na circulação da linguagem humana, contudo, em sua análise, a pós-verdade, especificamente, teria em suas estratégias catalisadoras pelo menos dois elementos constituintes: as insinuações (conteúdos proposicionais que não são logicamente válidos, mas que assim se pretendem, razão pela qual “insinuum”) e as inferências falseadoras propriamente ditas. Feita a análise lógica, a partir de critérios próprios, Flores pontifica que “o estudo dos mecanismos linguísticos pode transformar utopia em distopia, quando empregados com propósitos inescrupulosos” (Flores, 2017, p. 31).

Ainda no âmbito de definições da pós-verdade como mentiras, os autores enunciam duas outras características específicas, ambas de caráter pragmático: primeiro, sua natureza estratégica ou funcional; segundo, seu pressuposto de impunidade. A natureza funcionalista da pós-verdade é descrita minuciosamente por McComiskey:

5 “In its current usage post truth signifies a state in which language lacks any reference to facts, truth and realities. When language has no reference to facts, truths or realities, it becomes a purely strategic medium” (McComiskey, 2017, p. 6).

*No cenário da comunicação da pós-verdade, pessoas (principalmente políticos) dizem qualquer coisa que possa funcionar em uma determinada situação, seja o que for que possa gerar o resultado esperado, sem nenhuma preocupação com a valor de verdade, ou veracidade das afirmações. Se uma afirmação funciona, se o efeito desejado aconteceu, ela é boa; se fracassa, ela é ruim (ou pelo menos não vale a pena tentar de novo)<sup>6</sup> (McComiskey, 2017, p. 6).*

A noção de impunidade constitui também uma característica identificada à pós-verdade, definida como inverdade, pela literatura pertinente. Para Higgins, a noção de pós-verdade significaria que se pode mentir sem ser condenado, o que, para o autor, é diferente do clichê que políticos mentem e prometem o que não podem cumprir. Na política tradicional, preserva-se a expectativa de honestidade; no mundo da pós-verdade, essa expectativa deixa de existir (Higgins, 2016).

Por fim, a apreensão negativa da pós-verdade faz nascer preocupações graves, relacionadas às suas consequências de se deixar de ter fatos e verdades como referências seguras para a constituição de convicções e opiniões. Como formula Medeiros (2017):

*[...] a verdade está sendo abolida ou expulsa da convivência social. As consequências sociais desse contexto são inquietantes. Na política, o enfraquecimento da noção e do valor da verdade é um perigo para a sociedade. O roteiro previsível aponta para um acirramento da intolerância e para o estímulo ao totalitarismo (Medeiros, 2017, p. 25).*

Nem todas as análises, contudo, compreendem a pós-verdade como simples mentira ou falsidade. Ainda que tonalizando negativamente a definição, há autores que efetuam diferenças significativas entre a pós-verdade e a mentira. Berckemeyer, por exemplo, não afirma que a verdade seja, no fenômeno da pós-verdade, falsificada, e sim que se torna secundária:

*[...] a diferença entre a política da pós-verdade e a simples mentira é que, no segundo caso, 'a verdade não é falsificada ou discutida, mas de importância secundária', pois trata-se de 'reforçar preconceitos', dando uma impressão sofisticada, mas não é, realmente, mais do que um palavreado sem fundamento (Berckemeyer, 2017, p. 26).*

<sup>6</sup> "In a post truth communication landscape, people (specially politicians) say whatever might work in a given situation, whatever might generate the desired results without any regard to the truth or facticity of statements. If a statement works, results in the desired effect, it is good; if it fails, it is bad (or at least not worth trying again)" (McComiskey, 2017, p. 6).

O valor pragmático, portanto, aparece como mais relevante do que os demais, inclusive o valor lógico de verdade. E essa é que é, efetivamente, a principal característica do fenômeno. E esta é a que apontamos como aquilo que determina a característica eminentemente comunicacional do fenômeno.

## Conclusões comunicacionais básicas

Das diferentes análises, muito rapidamente feitas neste ensaio, em face do fenômeno específico em estudo, algumas conclusões permitem avançar na compreensão não apenas da pós-verdade, mas do modo como a verdade é posicionada nos processos comunicacionais das sociedades contemporâneas. Alguns corolários são enunciados aqui, sem qualquer pretensão de exaustividade:

- a) Apesar dos debates epistemológicos antipositivistas que dominam a cena filosófica deste o século passado terem pragmaticamente relativizado a noção correspondentista da verdade, é possível afirmar que, seja por rigor metodológico, seja por critério matemático, um vínculo forte e consistente entre verdade e factualidade constitui ainda um critério importante para as ciências. Nesse sentido, os diferentes tipos de verdade coexistem em regime de conflito, prevalecendo concepções mais rigorosas no meio acadêmico, enquanto que mecanismos pragmáticos de variado teor sobrevivem nos âmbitos do senso comum. Tais condições de verdade não podem ser menosprezadas, e sim devem ser compreendidas, a fim de que possam ser desenvolvidos tipos de dialogicidade que permitam, como previu Santos (2000), a construção paulatina de um "senso comum esclarecido".
- b) De igual modo, o valor da argumentação (racionalidade comunicativa, em Habermas) persiste como altamente relevante para a produção de consensos produtivos, no contexto das sociedades democráticas contemporâneas. Entretanto, embora largamente comprometida com uma visão pragmática da verdade (como entre os filósofos do discurso, para quem a verdade se define, com grande clareza, como sendo o "consenso entre especialistas" ou interessados na temática em debate), a compreensão mais ampla dos processos de comunicação humana exige a ampliação da análise para além da racionalidade habermasiana.
- c) A noção de pós-verdade, se abordada com mais amplitude e complexidade do que sua concepção como simples "mentira", permite ver que uma definição rigorosa e ampla deve emergir da constatação de que esse fenômeno diz respeito, precipuamente, aos modos de circulação dos elementos

simbólicos nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, como afirma Gómez García, “no centro de todos esses fenômenos está a comunicação” (Gómez García, 2017, p. 315).

- d) A mais evidente demonstração do vínculo da pós-verdade com a comunicação é o que poderíamos denominar “efeito Goebbels”. Ao ministro da propaganda de Hitler atribui-se a frase: “Uma mentira dita mil vezes torna-se uma verdade”. Para além das interpretações conspiracionistas ou manipulacionistas dessa apreensão, parece-nos relevante acentuar que “dizer mil vezes” constitui reiteração, sendo, pois, um modo comunicacional de circulação de uma mensagem qualquer.
- e) A consequência epistemológica mais grave da reiteração comunicacional, e que o fenômeno da pós-verdade parece demonstrar, é que essa processualidade comunicacional engendra uma “aparência” ou “efeito” de verdade para as proposições em circulação, constituidor de crenças e valores semelhantes aos que referendam as proposições verdadeiras.
- f) Existe, portanto, uma espécie de critério de “autoridade comunicacional” implicado não obrigatoriamente aos agentes enunciadorees do ato comunicativo, mas, sobretudo, ao próprio modo comunicacional de circulação da mensagem. Uma proposição, nesse sentido, tende a ser crível porque circula, porque está em toda parte, porque muitos falam dela. Em outras palavras, um efeito de agenda, que avançaria para além da mera imposição temática, e que, no sentido negativo, corroboraria a tese da espiral do silêncio – mas não é nem uma coisa nem outra: trata-se do efeito especificamente comunicacional da pós-verdade.
- g) Esse efeito de verdade, constitutivo da natureza comunicacional da pós-verdade, não representa propriamente uma novidade: o boato, a mentira, o engano e o autoengano sempre circularam dessa forma, tanto quanto, igualmente, as proposições verdadeiras, embora para estas possam ser reivindicados os fundamentos lógicos da filosofia e da ciência. Porém, a circulação dos elementos simbólicos atingiu, com a internet, dimensões muito mais vastas e preocupantes, o que motiva os estudiosos à denúncia e à busca de terapêuticas para as distorções provocadas pela desvinculação orgânica entre comunicação e verdade.
- h) Parece-nos que somente uma pedagogia da comunicação, articulada como ciência básica, poderia fornecer condições e critérios para uma compreensão mais acurada dos modos de comunicação e de suas relações com os diferentes tipos de verdade.

## Referências

- ABE, Jair M. 1991. Verdade pragmática. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, **12**(5):161-171.
- ARISTÓTELES. 2002. *Metafísica*. São Paulo, Loyola.
- BERCKEMEYER, Fernando. 2017. A mentira da pós-verdade. *Revista Uno*, São Paulo, **27**:26-28. Disponível em: [http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO\\_27\\_BR\\_baja.pdf](http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf). Acesso em: 26/02/2018.
- BUENO, Otávio. 2016. Quase-verdade: seu significado e relevância. *Newton da Costa*, **80**:1-11. Disponível em: [http://www.as.miami.edu/personal/obueno/Site/Online\\_Papers\\_files/QuaseVerdade\\_Signific%26Import.pdf](http://www.as.miami.edu/personal/obueno/Site/Online_Papers_files/QuaseVerdade_Signific%26Import.pdf). Acesso em: 24/02/2018.
- CANDIOTTO, César. 2006. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, **29**(2):65-78.
- DA COSTA, Newton C.A.; BÉZIAU, Jean-Yves; BUENO, Otávio. 1995. Paraconsistent logic in a historical perspective. *Logique et Analyse*, Nouvelle Série, **38**(150/152):111-25. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44084538>.
- D'ANCONA, Matthew. 2017. *Post-truth: The new war on truth and how to fight back*. London, Ebury Press Publisher.
- FERRO, Jeferson. 2017. O index appeal – apontamentos sobre a questão da verossimilhança na era da pós-verdade. In: *Anais do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação*, GT Teorias da Comunicação, p. 1-15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0475-1.pdf>. Acesso em: 26/02/2018.
- FLORES, Pablo J. 2017. Inferências falseadoras como base para a pós-verdade. *Revista Línguas&Letras*, **18**(41):20-32.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- FOUCAULT, Michel. 2004. *Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- GÓMEZ GARCÍA, Ignacio. 2017. Los casos Brexit y Trump desde la ingeniería en comunicación social. *Razón y Palabra*, Quito-Ecuador, Universidad de los Hemisferios, **21**(96):295-319, enero-marzo.
- GORE, Jennifer M. 1994. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: Tomaz T. SILVA (ed.), *O sujeito da educação*. Petrópolis, Vozes, p. 9-20.
- HABERMAS, Jürgen. 2003. *Teoría de la acción comunicativa*. Vol. I. Madrid, Taurus.
- HIGGINS, Kathleen. 2016. Post-truth: A guide for the perplexed. *Nature*, **540**(9), December. Disponível em: <https://www.nature.com/news/post-truth-a-guide-for-the-perplexed-1.21054>. Acesso em: 26/02/2018.
- MADEIRA, Marcelo S. 2012. Pragmatismo ou pragmaticismo? Considerações sobre o conceito de pragmatismo a partir da análise do artigo “O que é o pragmatismo”. *Reveleto*, **6**(10):61-69, julho-dezembro.
- MARCONDES, Danilo. 2000. Desfazendo mitos sobre a pragmática. *ALCEU*, **1**(1):38-46, jul.-dez.
- MARTINS, Moisés de L. 1994. A verdade e a função de verdade nas ciências sociais. *Cadernos Noroeste*, **7**(2):5-18.
- McCOMISKEY, Bruce. 2017 *Post truth rhetoric and composition*. Boulder, The University Press of Colorado.
- MEDEIROS, Armando. 2017. Os perigos da indiferença à verdade. *Revista Uno*, São Paulo, **27**:23-25. Disponível em: [http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO\\_27\\_BR\\_baja.pdf](http://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf). Acesso em: 26/02/2018.

- MELO, Adelio. 2014. Pragmatismo, pluralismo e jogos de linguagem em Wittgenstein. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, **8**(2):57-84.
- OLIVEIRA, Fabrício C. 2016. 1984: A mentira do Ministério da Verdade. *Metalinguagens*, **6**:143-149, novembro.
- OXFORD, Dictionaries. 2016. *Word of the year 2016*. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 25/02/2016.
- SANTOS, Boaventura de S. 2000. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez.
- SIGNATES, Luiz. 2018. A comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate. *E-Compós*, **21**(2).
- SIGNATES, Luiz. 2012. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. *Comunicação & Informação*, **15**(2):133-148, jul./dez.
- THOMPSON, John. 2002. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, Vozes.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. 1968. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo, Edusp.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. 1999. *Investigações filosóficas*. São Paulo, Editora Nova Cultural.

Artigo submetido em 10-01-2019  
Aceito em 07-08-2019